

Mulheres políticas

Estratégias de legitimidade e recursos mobilizados por

Cristina Kirchner¹

Jéssica Mayara de Melo Rivetti*

<https://orcid.org/0000-0003-4642-6878>

Ana Paula Hey*

<https://orcid.org/0000-0003-3513-8598>

Introdução

*Somos filhos da época
E a época é política.*

*Todas as tuas, nossas, vossas coisas
diurnas e noturnas,
são coisas políticas.*

*Querendo ou não querendo,
teus genes têm um passado político,
tua pele, um matiz político,
teus olhos, um aspecto político. [...]*

“Filhos da época”, Wislawa Szymborska, 1987

A participação, o ingresso e a representatividade das mulheres no campo político (Bourdieu, 2011b) são permeados por condições materiais e simbólicas específicas que vêm sendo exploradas de diversas maneiras nas pesquisas, sobretudo nas últimas décadas. No âmbito da sociologia, escopo desta análise, o interesse volta-se a um sistema simbólico que hierarquiza e fornece o enquadramento dominante, servindo de referência para justificar o reconhecimento ou não reconhecimento das mulheres

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

1. Agradecemos aos pareceristas da revista *Tempo Social* os frutíferos comentários a respeito da primeira versão do texto, que certamente contribuíram para o aprimoramento desta nova versão.

em papéis vistos como masculinos. Esse é o caso típico das políticas², que enfrentam os efeitos de um “protagonismo marginalizado”, em que seus nomes são postos à sombra pelas práticas masculinas e pela história oficial (Rivetti, 2023).

O campo político – entendido como uma estrutura de poder ou um sistema de relações objetivas – envolve a autonomização de certas atividades e uma divisão do trabalho daqueles que recebem como delegação a representação política. A socialização para a política e o aprendizado do fazer político são decorrentes da aproximação com um conjunto de práticas definidas nesse espaço, da mesma forma que os diferentes atributos que valem como capital político estão sujeitos a essa fronteira. Há uma disputa tanto pela representação legítima e pelo direito de falar em nome de todos – ou de alguns grupos –, quanto pela definição dos problemas que devem ser objeto de escrutínio social (Bourdieu, 1981). Tal batalha coloca em concorrência atores profissionalizados no trabalho de representação política do mundo social (Dulong, 2020), justamente por serem dotados de certos tipos de capital (em especial, de notoriedade e de delegação). Cabe-nos indagar que tipos de recursos as políticas podem mobilizar para acumular capitais válidos e atuantes nesse espaço, entre eles os atributos ligados a gênero.

Assim, neste artigo, tomamos alguns aspectos da trajetória da primeira mulher a ser eleita para a presidência da Argentina³, Cristina Fernández de Kirchner⁴ (2007-2015), como um modelo típico dos desafios contemporâneos enfrentados pelas mulheres que ocupam posições de poder político mais elevadas em estados democráticos. Acreditamos que a investigação de percursos singulares, visando a apreender o que políticas carregam de ordinário e geral, permite avançar analiticamente em direção a entender a reconversão do gênero em atributo político. Destacamos sua linhagem política e a capitalização do “matrimônio político”, coroado com a sucessão presidencial de seu marido, Néstor Kirchner (2003-2007), para expressar a utilização de estratégias que possibilitaram o domínio das dinâmicas desse espaço e a consolidação de sua carreira (Grandis e Patrouilleau, 2010).

A mobilização de recursos econômicos, simbólicos, culturais e matrimoniais configura diferentes posições e práticas no campo político, de modo geral, sendo que aqui evocamos o gênero como um atributo distintivo. Pesquisas nessa direção (Dulong e

2. Será utilizada a denominação *políticas* em referência específica às mulheres que compõem o campo político.

3. Apesar de Cristina ser a primeira presidenta eleita, a primeira presidenta do país foi María Estela Martínez de Perón (de 1974 a 1976). A vice-presidenta assumiu o governo após a morte do seu marido, o presidente Juan Perón. O conturbado governo de Isabelita – acusada de corroborar com crimes de lesa-humanidade cometidos pelos militares argentinos – durou apenas dois anos.

4. Daqui em diante referida apenas pelo prenome.

Lévêque, 2002) apontam que ocorre um processo de renovação do jogo político pela feminização, o que pressupõe a existência de práticas políticas especificamente femininas. Assim, estabelece-se uma contenda em torno de tais práticas – notabilizadas como femininas –, para que sejam consideradas práticas políticas legítimas. Nesse jogo pela legitimação de uma posição que tenha valor na e para a política (Hey, 06/07/2021), muitas vezes as mulheres políticas precisam reforçar estereótipos sociais – centrados no masculino – a fim de se estabelecerem⁵.

Muitos fatores já foram elencados acerca da dificuldade que políticas enfrentam para obter o reconhecimento de sua legitimidade pelos pares; dentre eles, destacamos a existência de leis, práticas, atitudes e estereótipos de gênero discriminatórios, produtos de assimetrias na divisão sexual do trabalho, dos baixos níveis de educação, da falta de acesso a serviços sanitários, da escassez de saúde pública e, sobretudo, da pobreza que afeta as mulheres de maneira desproporcional, o que se acentua ainda mais ao agregarmos outros marcadores sociais, como raça, faixa etária, regionalidade e orientação sexual (Matos, 2021; Cavallero e Gago, 2022).

Tomando como referência o estudo realizado pela União Interparlamentar e ONU Mulheres em 2020, torna-se evidente que o *teto de vidro* (Lyness e Thompson, 1997) – barreira invisível que dificulta o acesso das mulheres aos postos hierárquicos mais altos e prestigiosos no mercado de trabalho e no campo político – ainda é uma realidade global, dado que apenas 6,6% (10/152) das chefes de Estado eleitas e 6,2% (12/193) das chefes de governo são mulheres. Tal fato sugere resistências à ascensão feminina às posições de poder mais elevadas (Rudling, 2009). No caso da Argentina, isso se reflete nos dados do relatório da Equipo Latinoamericano de Justicia y Género – ELA (2020), que ilustram a baixa participação feminina no poder executivo, tanto no âmbito nacional quanto no subnacional. De 2010 a 2020, o aumento da presença de mulheres nesses dois níveis foi de apenas três pontos percentuais no país (de 9,2% a 12,6%). Em contrapartida, houve um crescimento nos poderes legislativo e judiciário, tanto em nível nacional quanto subnacional (ELA, 2021).

Nesse sentido, entender as mulheres no campo político exige colocar questões a um arranjo de poder composto de relações simbólicas que necessitam ser desveladas. É essa estrutura que nos informa que, quanto menor o prestígio da posição no campo político, maior é a porcentagem da participação feminina (Panke e Iasulaitis, 2016). Podemos afirmar, então, que as mulheres enfrentam maiores desafios para

5. Aqui podemos recuperar Franz Schultheis (1995), inspirado em Bourdieu, ao afirmar a existência de uma oposição privado-público como princípio chave de uma visão e uma divisão sexuadas do mundo social, sendo que às mulheres cabe a casa, o interno, o privado e, aos homens, destina-se o aberto, o externo, o público. Mais que isso, tal dicotomia constitui uma estrutura de plausibilidade para o conhecimento e o reconhecimento de uma ordem social.

serem reconhecidas como políticas legítimas, carecendo investir mais em estratégias produtoras de capital político atuante em determinado espaço e tempo.

Nessa moldura, entendemos que a trajetória de Cristina nos permite: (1) refletir acerca de uma tipologia de políticas, que atendem ao mesmo tempo um campo político específico e uma estrutura de sentido que torna mais ou menos favorável sua atuação; (2) visibilizar estratégias engendradas por mulheres na prática política e os recursos mobilizados para angariar e assegurar a legitimidade do voto, bem como uma carreira exitosa.

Linhagem familiar e disposições à política

Nascida em 19 de fevereiro de 1953 na cidade de Tolosa, em La Plata, província de Buenos Aires, a 60 quilômetros da Capital, Cristina Elisabet Fernández de Kirchner viveu ali a sua infância e juventude com seus pais, irmã, avô e tia materna. Mesmo sendo uma família de classe média baixa, sujeita a limitações financeiras, Cristina e Gisele, sua irmã, sempre tiveram incentivo familiar para o consumo de literatura e a aquisição de bens culturais – “a mãe, a tia e o avô eram quem lhes comprava livros. Esses que se vendem de porta em porta. Enciclopédias, dicionários de muitos volumes, coleções completas, histórias da arte, os *Lo sé todo*, os *Preceptores* [...]” (Russo, 2011, p. 46)⁶.

Não só os livros dominavam os interesses de Cristina. Em entrevista a sua biógrafa, Olga Wornat, as professoras do colégio religioso La Misericórdia de La Plata afirmaram que, desde pequena, ela demonstrava interesse pela política, ainda que não estivesse diretamente envolvida em movimentos estudantis (*Idem*, p. 71). As disposições ao campo político devem-se, em grande parte, ao contato direto com redes políticas e sindicais que sua mãe, Ofélia Wilhelm (1929-2019), integrava. Ofélia era militante peronista e trabalhava como secretária-geral da Asociación de Empleados de Rentas Inmobiliarias (Aeri) – constantemente envolvida em disputas sindicais com a Asociación de Trabajadores del Estado (ATE) e a Unión del Personal Civil de la Nación (UPCN) (Wornat, 2005)⁷.

6. Segundo Bourdieu (2011a, p. 37; 40), essa estratégia familiar de reconversão do capital educacional em capital cultural e econômico, visando à ampliação do patrimônio familiar, é comum em condições sociais de classes médias e baixas. Isso se dá porque “a estratégia escolar é uma transmissão – mais ou menos segura e controlada pelo Estado – de um poder vitalício, fundamentado no título escolar que, ao contrário do título de propriedade ou do título de nobreza, não é transmissível por herança”.

7. Trata-se de associações nacionais reconhecidas pela militância política-sindical peronista; após resolução da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1953, “[...] a diferença entre ambas se construiria sobre a base da representação de distintas categorias trabalhistas, que por tradição e por algumas projeções organizativas permitiriam vincular a ATE aos obreiros e a UPCN aos empregados” (Contreras, 2010, p. 28). Fomentaram debates no interior do peronismo e intensificaram as disputas políticas das

Já seu pai, Eduardo Fernández (1921-1982), de família asturiana e galega, era motorista de ônibus e se considerava antiperonista irredutível, exibindo explícito desinteresse por discussões sobre pautas trabalhistas. Com o tempo, tornou-se um pequeno empresário do setor de transportes, vindo a simpatizar com a União Cívica Radical (UCR). As divergências entre os pais provavelmente contribuíram para alimentar os interesses políticos de Cristina e Gisele e para introduzi-las no debate político.

Cristina se graduou em direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Nacional de La Plata, onde teve seus primeiros contatos com a militância política via movimentos estudantis peronistas de esquerda. Participou da Frente de Agrupação Eva Perón (Faep), que se fundiu, posteriormente, com a Federação Universitária pela Revolução Nacional (Furn), formando a Juventude Universitária Peronista (JUP) da Universidade de La Plata (Donot, 2011; Flax, 2018; Ibara, 2015). Foi nesse espaço de militância, em 1974, que conheceu seu futuro marido, Néstor Kirchner, também aluno do curso de direito (Bellota, 2012).

Nascido em 25 de fevereiro de 1950 na cidade de Río Gallegos, Santa Cruz, no Sul do país, faleceu em outubro de 2010. Filho de Néstor Carlos Kirchner Kaenel, peronista, ateu e funcionário dos correios argentinos, e de Maria Juana Ostoic Dragnic, chilena, filha de imigrantes croatas, católica e conservadora, teve duas irmãs: Alicia e María Cristina. A primeira também se enveredou para a política, sendo ministra do Desenvolvimento Social durante a presidência do irmão e da cunhada (2003-2005; 2006-2015), além de senadora (2005-2006) e governadora de Santa Cruz (2015-).

A formação escolar de Néstor ocorreu em instituições públicas de Río Gallegos, como o Colegio Provincial de Educación Secundaria n. 23 – República de Guatemala e a graduação universitária em La Plata (financiado com uma bolsa de Santa Cruz). Sua vida política se iniciou, assim como a de Cristina, através da socialização familiar e de debates entre os pais (de um lado, apoiadores, do outro, críticos ao peronismo), mas consolidou-se na militância universitária, vindo a se solidificar posteriormente com a representação institucional em Santa Cruz.

Néstor e Cristina se casaram seis meses após se conhecerem e tiveram dois filhos: Máximo⁸ (1977) e Florencia⁹ (1990). No início do casamento, a Argentina era gover-

entidades trabalhistas e setoriais. Em termos numéricos de filiações, a ATE agrupava 105 federações e 32 delegações, já a UPCN possuía 470 seções – a divisão histórica se estende até os dias de hoje.

8. Máximo Kirchner seguiu os passos dos pais e também passou a se dedicar à vida política. Em 2009, fundou o La Cámpora – agrupamento político juvenil de apoiadores da família política Kirchner. Em 2015, valendo-se de um montante considerável de capital político (herdado dos pais e adquirido via militância), foi eleito deputado nacional pela província de Santa Cruz e, em 2019, se reelegeu pela província de Buenos Aires (Vázquez e Vommaro, 2012).

9. Na contramão do histórico familiar na política, Florencia optou por seguir a vida profissional no campo das artes visuais como diretora e roteirista.

nada por Isabel Perón (PJ) e José López Rega, fundador da Triple A (Aliança Anticomunista Argentina), organização que reprimia os militantes de esquerda, promovendo desaparecimentos e torturas que tinham como alvo prioritário estudantes universitários (Ivancich *et al.*, 1983). Após o golpe militar de 1976, e com a crescente perseguição aos militantes de esquerda, o casal se refugiou no interior do país, juntamente com alguns companheiros de militância (Russo, 2011; Horowicz, 2015). No período da ditadura mantiveram um escritório de advocacia em Río Gallegos, onde começaram a adquirir um considerável patrimônio em imóveis pelo interior e sul do país (Wornat, 2005).

O entrelaçamento das duas trajetórias¹⁰ nos permite apreender certos elementos que propiciaram a entrada de ambos no campo político, uma espécie de construção do casal político, tais como o pertencimento a classes médias baixas como filhos de pequenos funcionários, a linhagem familiar de militância de um dos pais, o envolvimento com o peronismo dos anos 1970-1980 e a militância universitária como gênese da prática política. Cabe avançar no uso de estratégias e na mobilização de recursos incorporados, entre eles a projeção do kirchnerismo, o primeiro-damismo e o matrimônio político, que propiciaram à Cristina estabelecer ou potencializar posições no campo político, como veremos nos tópicos a seguir.

Construção social do kirchnerismo: do local ao nacional

A história recente da Argentina é profundamente marcada pelo movimento peronista (logo, antiperonista também) e suas camaleônicas vertentes que, desde os primeiros governos de Juan Domingo Perón¹¹ nas décadas de 1940 até a disputa presidencial de Sergio Massa (Unión por la Patria) em 2023, despertam adesões ou rechaços da sociedade (Piva, 2013; Horowicz, 2015). Iniciado em 1945, o movimento surge com a aproximação de Perón, Secretário de Trabalho e Previdência do governo de Edelmiro Farrell (1944-1946), aos setores da classe trabalhadora e aos sindicalistas da Confederação Geral de Trabalhadores (CGT) (Silva, 2014). Nesse ano, fundou o Partido Laborista, pelo qual foi eleito presidente pela primeira vez em 1946 e que passou a se chamar Partido Peronista até 1971¹². Desde então, o peronismo tem se

10. Em outra perspectiva, caracterizado por Gallo (2008) como “poder bicéfalo” ou “duplo comando” de compartilhar o mesmo projeto político e orientação ideológica. Tática eleitoral utilizada nas campanhas de Cristina à presidência em 2007 e 2010 pela coligação *Frente para la Victoria* (FPV).

11. Militar de carreira, ocupou vários cargos no governo e presidiu a Argentina por três mandatos: de 1946 a 1952, de 1952 a 1955 e de 1973 a 1974. Durante os anos de 1955 a 1973, exilou-se na Espanha, período marcado por levantes militares e a sangrenta ditadura militar (1966-1973).

12. O decreto de Lei n. 19.102/71, instaurado pela ditadura militar argentina, proibiu que os partidos assumissem designações personalistas – o que fez com que o Partido Peronista passasse a se denominar Partido Justicialista (PJ) (Romero, 1997).

estruturado a partir da ideia de movimento político (Leis, 2006) e tem sido representado, institucionalmente, pelo Partido Justicialista (PJ).

Não é possível falar em um único peronismo, mas em distintas adaptações segundo o contexto histórico, as demandas sociais e as disputas internas entre as correntes do PJ (Horowicz, 2015). A partir dos anos 2000, uma das vertentes que assumiu a hegemonia do movimento foi o kirchnerismo com Néstor e Cristina – após o governo dos também peronistas Eduardo Duhalde (2002-2003) e Carlos Menem (1989-1999) (Rinesi, 2011; Piva, 2013).

Néstor e Cristina se apresentam como herdeiros do peronismo clássico (1946-1955), mas lhe dando uma nova roupagem. Essa construção se iniciou efetivamente a partir da fundação do Ateneo Teniente General Domingo Perón em novembro de 1981, em Río Gallegos, ao promover um espaço de socialização dos futuros dirigentes provinciais do Frente para la Victoria (Sosa, 2016)¹³. Os primórdios do que se tornaria o kirchnerismo se dá após a redemocratização, em 1987, ano em que Néstor, já contando com um considerável apoio político adquirido via militância, vence as eleições para a prefeitura de Río Gallegos pela Frente Municipal (FM) – agrupamento político heterogêneo, formado com o Partido Intransigente (PI), Democracia Cristiana, Movimiento de Integración y Desarrollo (MID) e Movimiento Patriótico de Liberación (MPL).

A partir de 1988, com Néstor já no executivo municipal, tem-se o pontapé para a gênese do que viria a ser a Frente para la Victoria Santacruceña (FVS), coalizão que projetou o casal a candidaturas de maior fôlego. A FVS manteve a pluralidade de perspectivas defendidas pela FM e “implicou a convergência em um mesmo espaço de referências e quadros políticos da ‘ortodoxia’ e da ‘renovação’ peronista (ainda que posteriormente), do PC, PI, MID, Democracia Cristiana e [...] importantes quadros do radicalismo” (Sosa, 2017, p. 261; tradução livre).

No período da recente transição democrática, as coalizões de frentes locais, nacionais e provinciais eram comuns em função da crise de legitimidade dos partidos políticos. A FVS, em especial, liderada por Néstor e Cristina, não fugia à regra, estava estruturada em um conglomerado de coalizões e alianças partidárias para obter um amplo apoio institucional. Apesar de ser essencialmente santa-cruzeense, a composição da frente estava aberta para os mais diversos agentes e forças políticas, para conformar suas estratégias de representação e conquistar grupos sociais

13. Grupo organizado inicialmente por Néliida Cremona de Peralta (conhecida por sua ortodoxia peronista) em 1980, que, dois anos depois, teve sua comissão diretiva a cargo de Cristina e Néstor. O Ateneo contava com a participação de militantes peronistas próximos ao casal que se reuniam e tinham como eixo comum discursos e estratégias para futuras articulações políticas, vislumbrando o retorno do estado democrático (Sosa, 2016).

heterogêneos, apresentando-se como uma oferta política renovada e sedutora ao eleitorado (Montero e Vincent, 2013). Somado a isso, a frente também passou a integrar setores do sindicalismo, fazer alianças com partidos peronistas provinciais e defender as políticas de memória e direitos humanos.

Essa expressão política que se diferenciava do tradicional PJ, sob o lema de unidade, elegeu Cristina, pela primeira vez, em 1989, como deputada estadual por Santa Cruz e a reelegeu em 1993. Foi também através do FvS que se alçou como senadora e deputada federal por Santa Cruz, ocupando cargos representativos por doze anos seguidos. Já Néstor deu um salto da prefeitura para a administração do governo de Santa Cruz entre os anos de 1991-1995.

A província de Santa Cruz de fato tornou-se reduto do kirchnerismo¹⁴, e a trajetória do casal se converteu “em uma das forças políticas mais importantes da Argentina” (Avelar e Rangel, 2019, p. 424), cujas carreiras foram construídas em espaços políticos complementares: Néstor no executivo (prefeito, governador, presidente), e Cristina no legislativo e senado (deputada estadual, federal e senadora).

Após a comprovada adesão popular à FvS e com a proximidade das eleições nacionais em 2003, o casal Fernández-Kirchner tomou a dianteira na idealização da Frente para la Victoria (FpV), de um nível local (santa-cruzenho) à nacional e se fixando na ala progressista do peronismo. A aposta era, sobretudo, se diferenciar do menemismo. Nesse sentido, a FpV “se reconhece como parte de um partido mais amplo (o Partido Justicialista ou PJ), incluindo setores que, historicamente, não se vincularam com esta organização” (Ramos, 2016, p. 43), e se apresentava como uma via razoável para a crise econômica que o país enfrentava, motes essenciais para a vitória de Néstor ao executivo nacional.

Durante o governo de Néstor (2003-2007) e Cristina (2007-2015), o kirchnerismo estruturou-se a partir de frentes organizadas como o Movimiento Evita (Silva, 2014), Carta Abierta – coletivo formado por uma elite letrada e do campo artístico – e o La Cámpora, frente numerosa, composta por uma ampla adesão de jovens militantes sob a direção de Máximo Kirchner (Bonasso, 2012; Di Marco, 2012; Vázquez e Vommaro, 2012). Graças também à agenda política renovada com os debates públicos (Rinesi, 2011), o movimento obteve uma alta capacidade de recrutamento que, enraizado no peronismo clássico, fortificou-se na identidade da militância montonera e da Juventude Universitária Peronista (JUP)¹⁵.

14. Local de atuação também de Alicia Kirchner, como já mencionado, que em 2005 sucedeu Cristina como senadora e onde atualmente é governadora.

15. Movimentos notáveis na história do país por fazer oposição à ditadura militar (1976-1983).

Giani (2013) afirma que esse retorno do kirchnerismo às estruturas orgânicas do PJ promoveu uma combinação inédita da adesão de pessoas, sem nenhuma ligação partidária, e que passaram a simpatizar com a nova face do governo nacional representada por Néstor. Não à toa, sua popularidade aumentou após sua posse e foi vista como uma consequência de certo pragmatismo adotado no processo de recuperação econômica e de esforços do governo no desenvolvimento de políticas de redistribuição pós-crise neoliberal (Maizels, 2015; Arnoux e Zaccari, 2015; Gallo, 2008).

Cristina (FPV), por sua vez, também se projetou em nível nacional nas eleições seguintes, de 2005, e obteve a primeira vaga do senado pelo maior colégio eleitoral do país: a província de Buenos Aires – disputando diretamente com a ex-primeira-dama anterior, Hilda “Chiche” Duhalde (PJ)¹⁶. Seu mandato foi marcado pela defesa de bandeiras sociais levantadas durante a militância universitária da JUP, na década de 1970, em defesa da democracia. Recorreu a uma imagem de porta-vozes de uma geração que esteve presente em períodos de repressão e que levantaram bandeiras da militância juvenil montonera, por meio de um discurso em defesa da democracia e da identidade latino-americana (Ivancich *et al.*, 1983).

Para Rinesi (2011, p. 29), o governo kirchnerista reinterpreto a tradição peronista através de uma leitura da geração dos '70, compartilhada por Néstor e Cristina: “[...] essa mesma ideia de ‘geração’, em efeito, aparece com frequência nos discursos presidenciais de todo esse ciclo de oito anos [do governo de Cristina] e, associada a ela, a ideia dos sonhos que não haviam sido deixados ‘na porta da Casa do Governo’” (grifos nossos). O amálgama entre casal, políticos com grande projeção pública, personificações de uma vertente política (o kirchnerismo) e, ainda, porta-vozes de uma geração que viveu intervenções e ditaduras militares garante a construção simbólica de uma aliança bem-sucedida que rendeu legitimidade a ambos e que garantiu um forte capital político à Cristina, mobilizado em diferentes graus e momentos de sua trajetória.

Os usos do primeiro-damismo

Cristina sempre externalizou certo incômodo com o papel de primeira-dama (2003-2007). Na cerimônia de posse do marido, fez questão de permanecer em seu assento de senadora (para o qual fora eleita pela Província de Santa Cruz, em 2001), o que,

16. O kirchnerismo não é um movimento de aprovação unânime dentro do peronismo. Há diversas clivagens dentro do peronismo que perpassam desde tendências à direita como à extrema-esquerda e que resultam na dificuldade de delimitação da perspectiva político-ideológica do movimento (Montero, Vincent, 2013). Justamente em razão dessas disputas internas, uma frase é atribuída a Perón: “*Nós, peronistas, somos como os gatos: quando os escutam gritar, não é que estão brigando... estão se reproduzindo*”.

segundo Wornat (2005, p. 41), “teria causado boa impressão em um país acostumado com a frivolidade e com as disputas das famílias presidenciais por roubar a câmara nesse momento”. O repúdio ao papel de primeira-dama também transparece em seus discursos no período, nos quais declara a opção por ser chamada de “primeira cidadã” (Di Mauro, 2015, p. 164).

A posição de primeira-dama é histórica e socialmente associada à participação das mulheres no Estado por meio de ações assistencialistas e cerimoniais. Mais do que isso, como mostram Guerrero e Arana (2021), os programas e formulações de políticas públicas desenvolvidos por essas mulheres são orientados por questões de gênero: “[...] associadas à maternidade, tais como: família, adolescência, mulher e adultos mais idosos. Em alguns casos, as primeiras-damas tornam-se o rosto de um programa, promovendo-o em fóruns internacionais e gerando apoio na opinião pública” (*Idem*, p. 253).

Essa concepção pode fundamentar uma espécie de primeiro-damismo tradicional, baseado em trejeitos femininos, na filantropia e na ética do cuidado. Mas também sugere o rechaço a uma projeção de agência no campo político, exaltando uma suposta sacralidade que corrobora discursos essencialistas e morais. Assim enquadradas, as primeiras-damas se veem docilizadas, reproduzindo os papéis sociais do gênero estendido do familiar ao Estado, tendo sua atuação no campo político permitido apenas enquanto “outras” (Faria, Rivetti e Butterby, 2023)¹⁷.

Por outro lado, em alguns casos, as primeiras-damas não se limitam apenas aos bastidores, desempenhando um papel crucial na mediação da comunicação entre o presidente e públicos específicos, bem como na obtenção de apoio popular em diversos momentos, sobretudo nas campanhas políticas. Portanto, devem ser apreendidas como “membros da elite política *de fato*, devido à influência que exercem no poder executivo, graças ao vínculo com o presidente” (Guerrero e Arana, 2021, pp. 256-257; tradução livre).

Na conjuntura argentina, não é demais lembrar o prestígio da primeira-dama Eva Perón ao consolidar uma posição de destaque no campo político, apesar de não ter ocupado nenhum cargo eletivo. Atuando como líder carismática, exerceu papel central na consolidação do governo de Perón (1946-1953) e no desenvolvimento de políticas assistencialistas. Fez isso à frente da Fundação Eva Perón, do Partido Peronista Feminino (PPF) e na condição de intermediadora de setores de trabalhadores/as via Confederação Geral dos Trabalhadores (Silva, 2014; Barrancos, 2013; Valobra, 2010).

17. Os projetos políticos do macrismo, na Argentina, e do bolsonarismo, no Brasil, ilustram a experiência de mulheres que encarnaram o primeiro-damismo como uma extensão de seus lares no Estado. As ex-primas-damas Juliana Awada de Macri e Michele Bolsonaro apresentavam-se como aquelas que estão para “servir” e não para disputar o poder.

QUADRO 1
Carreira política da família Kirchner

CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER			NÉSTOR KIRCHNER			MÁXIMO KIRCHNER		
ANO	POSIÇÃO	PARTIDO/ FRENTE	ANO	POSIÇÃO	PARTIDO/ FRENTE	ANO	POSIÇÃO	PARTIDO FRENTE
1987	Coordenadora do Conselho de Planejamento e Assessoramento de Río Gallegos	FM	1987-1991	Prefeito de Río Gallegos	FM	2009	Fundador do <i>La Cámpora</i>	La Cámpora
1989-1993	Deputada estadual por Santa Cruz	FVS	1991-1995	Governador de Santa Cruz	FVS	2015-2019	Deputado estadual por Santa Cruz	
1990	Governadora interina de Santa Cruz		1995-1999		FpV	2019-	Deputado federal por Santa Cruz	La Cámpora/ FpV
1993-1995	Deputada estadual por Santa Cruz		1999-2003					
1995-1997	Senadora por Santa Cruz		2003-2007	Presidente da República				
1997-2001	Deputada Federal por Santa Cruz		2008-2010	Presidente do Partido Justicialista				
2001-2005	Senadora por Santa Cruz	FP	2009-2010	Deputado Federal por Buenos Aires				
2005-2007	Senadora por Buenos Aires							
2007-2010	Presidência da República							
2011-2015								
2017-2019	Senadora por Buenos Aires	FpV/UC						
2019-	Vice presidência da República	TODOS						
	Presidenta do Senado							

Fonte: Elaboraao das autoras, 2023.

A Evita lembrada por Cristina é a primeira-dama militante e combativa, responsável pelo direito ao voto das mulheres e presidenta do PPF¹⁸, o que permite à Cristina aliar a herança de uma mulher consagrada a sua carreira política consolidada – antes de seu marido chegar à presidência, em 2003, Cristina já tinha ocupado cinco cargos eletivos que vão do âmbito local ao nacional¹⁹ (como podemos verificar no Quadro 1), tendo vencido, até o momento, todas as eleições a que concorreu.

A reserva de Cristina em ser vista simplesmente como primeira-dama refere-se mais a um modo de uso dessa atribuição, uma vez que, ao rejeitar publicamente esse papel, apesar de exercê-lo, ela amplifica seu reconhecimento como política com luz própria. Essa outra dimensão do primeiro-damismo pode constituir uma estratégia de projeção de novas lideranças políticas, explicando o aumento da participação de mulheres nos cargos de poder político, sobretudo na América Latina. Guerrero e Arana (2021, p. 250), após a análise das trajetórias das 88 primeiras-damas da região entre 1999 e 2016, observaram que “[...] vinte ex-primeiras-damas foram candidatas 26 vezes em eleições para a presidência, vice-presidência ou Congresso. Este fenômeno revela que muitas possuem grandes ambições políticas”.

Ademais, com a redemocratização dos países latino-americanos, o primeiro-damismo se tornou um recurso amplamente utilizado, com práticas “legitimadas de maneira democrática nas urnas” (Giordano, 2023, pp. 19-20), o que nos aponta para duas direções.

A primeira: entender o primeiro-damismo como capital para mulheres (novatas) no início de suas trajetórias, cujas carreiras políticas são impulsionadas pelo matrimônio. Como pode ser verificado no caso das inexperientes políticas que foram eleitas ao legislativo: Gloria Bejarano Almada (Costa Rica), Keiko Fujimori (Peru), María Dolores Alemán Cardenal (Nicarágua), María Fernanda Flores de Alemán (Nicarágua), Margarita Penón Góngora (Costa Rica), Susana Higuchi (Peru). O

18. Ao ser eleita presidenta, Cristina fez diversos usos da memória de Evita ao homenageá-la no Bicentenário da Revolução de Maio via decreto nacional n. 329/2010, portando-se como a “herdeira evitista”. Valobra (2010) descreve que as primeiras legisladoras do PPF, após a morte de Evita em 1952, usaram a recordação da primeira-dama como uma “função memorial” para se legitimarem no campo político como herdeiras do projeto e contornarem os questionamentos de suas capacidades. Após coletar e analisar 1853 discursos de Cristina no período presidencial (2007-2015), observou-se que ela também fez um uso da função memorial de Evita: “ao trazer diversas Evitas ao longo de todas as comemorações do Bicentenário, desde Eva combativa de 2009 com os *slogans* dos festejos nacionais, Eva desaparecida de 2010 de pano de fundo no Salão das Mulheres do Bicentenário, Eva *madre de los descamisados* de 2011 do Edifício da 9 de Julio, Eva atriz de 2012, Cristina Kirchner proporciona uma elevada gama identitária a essa memória flutuante, dinâmica e composta de restos de história aos argentinos” (Rivetti, 2016, p. 165).

19. Entre as primeiras-damas com carreira política, Cristina é seguida somente pela uruguaia Lucía Topolansky, que até a presidência de seu cônjuge, Pepe Mujica, havia ocupado dois cargos (deputada, entre 2002 e 2005, e senadora, entre 2005 e 2015).

mesmo se deu com candidaturas ao Senado, disputado e vencido pelas ex-primeiras-damas María Julia Pou (Uruguai) e Mirta Gusinsky (Paraguai). Já no Panamá, Marta Linares de Martinelli foi eleita vice-presidente.

A segunda interpretação do primeiro-damismo, na qual identificamos o uso por Cristina, é como estratégia para a formação de dinastias políticas e reprodução do poder político familiar. Ela tanto se coloca em uma linhagem que caracteriza o campo político argentino (força da primeira-dama na cimentação do governo do marido) quanto se apresenta como política profissional, merecedora da delegação do voto (como senadora). Cristina consegue aliar dois papéis sociais que deveriam situar-se em polos antagônicos, o privado e o público, a esfera familiar e a vida política, união que parece frutificar as alianças que garantem a reprodução familiar no campo político.

O matrimônio político como recurso

Em 2007, atuando como senadora por Buenos Aires, Cristina é eleita para a presidência em primeiro turno, com 45% dos votos válidos – o dobro do conquistado por Néstor na disputa anterior. Apesar dos elevados índices de aprovação ao deixar o país com uma economia estabilizada e comprovado avanço nos indicadores sociais, Néstor optou por não concorrer à reeleição, o que permitiria manter seu grupo (familiar) no poder e conservar o capital político acumulado até então com menores riscos (Gallo, 2008).

O projeto desenhado pelo casal, qualificado por estudiosos como Plano 16K (Donot, 2011; Gallo, 2008), consistia em formar uma sociedade político-amorosa que almejava se alternar no poder por pelo menos dezesseis anos (quatro mandatos de domínio partidário-conjugal). O Plano 16K pode ser entendido, desta maneira, como concretização da transmissão de poder político de modo familiar, via matrimônio político, e pela herança delegada ao filho, Máximo Kirchner, no legislativo – para o qual foi eleito em 2015 e reeleito em 2019.

De fato, a proposta de continuidade esteve no cerne da campanha presidencial de Cristina, que a retratou como a candidata que iria intensificar o projeto político e econômico kirchnerista na Argentina do Bicentenário da Revolução de Maio, em 2010, e ao mesmo tempo atualizá-lo conforme as exigências impostas pelo novo contexto social e econômico (Panke e Iasulaitis, 2016).

Essa consecutividade de governos não representou um fato inédito na história argentina. A tradição de regime bipresidencial (Navarro, 2000) já estava presente no repertório político do país nas primeiras décadas do século XIX com o casal Encarnación Ezcurra e Juan Manuel de Rosas, e depois, ao longo do século XX, com

destacadas lideranças peronistas como Eva Duarte e Juan Perón, Isabelita e Juan Perón, Hilda Duhalde e Eduardo Duhalde, Cristina e Néstor (Barry, 2016).

Recuperar esse quadro mais geral nos permite analisar de que modo o casal Kirchner reativou (de forma singular) na sociedade e no campo político argentino a tradição peronista do “matrimônio político” (Grandis e Patrouilleau, 2010). Também descrito como “matrimônio governante” (Barry, 2016) e/ou “matrimônio presidencial” (Guerrero e Arana, 2021)²⁰, refere-se ao mecanismo de projeção, em termos de estratégias políticas, da imagem pública do casal (Bourdieu, 2011b).

Ao tratarmos do matrimônio político, retomamos a ideia do primeiro-damismo como caminho para uma apreensão do papel desenvolvido pelas mulheres como agentes governamentais (Winfield, 1997). Quanto a isso, o caso dos Kirchner é notável, pois após o falecimento de Néstor, em 2010, Cristina preservou a imagem da sociedade político-amorosa por meio da reiteração de lugares de memória (Nora, 1993) do marido, construídos e apresentados em inaugurações, comícios, falas, nomeação de praças, monumentos etc. – o que veio a ser nomeado por opositores como “kirchnerlândia” (Rivetti, 2023). O luto foi incorporado em sua vestimenta e na forma de se referir a Néstor nos seus discursos como “Ele”, não pronunciando o seu nome, ainda que este viesse a ser sistematicamente gravado na história oficial do país.

A estratégia de conversão do capital simbólico de Néstor em capital político de Cristina foi um recurso eficaz para a ampliação do eleitorado, sobretudo ao instrumentalizar e atualizar a imagem do casal Juan-Eva Perón/Néstor-Cristina Kirchner. Ou ao mobilizar a vulnerabilidade da condição de viuvez, o que lhe permitiu, em 2011, a maior vitória eleitoral desde 1983, com 54% dos votos válidos em primeiro turno²¹. A eficácia simbólica de tal conversão reside na formação de uma unidade, em que a metáfora do casamento (Bourdieu, 1962) – como espécie de arranjo familiar e estratégia de sobrevivência no sistema de relações sociais e econômicas – dissimula o esfacelamento das fronteiras entre o “privado e o público, entre o indivíduo-cidadão e o grupo social ao qual pertence” (Canêdo, 1997, s/p). Mesmo exercendo um papel de política profissional, concretizado em sua trajetória de êxito nas urnas, no campo político mobilizam-se seus papéis tradicionais que gozam de grande força social (esposa, mãe, viúva). À unidade da família política se dá o sentido de *corpus* social,

20. A manobra do peronismo para a permanência no campo do poder é justamente se reinventar de maneira cíclica: “[...] sem qualquer preocupação com a coerência dos princípios de sua própria história. Essas mudanças cíclicas em sua intencionalidade não destroem o peronismo, muito pelo contrário, porque seu dado essencial reside na sua capacidade de movimento, não importa para onde ele possa ir. É precisamente na radicalidade da opção e não na própria opção que o peronismo se revigora como movimento” (Leis, 2006, p. 145; tradução livre).

21. Em 1983 Raúl Alfonsín (UCR) foi eleito com 51%, números apenas superados por Perón, eleito para um terceiro mandato em 1973 com 62% dos votos válidos (Bellota, 2012).

em que os interesses individuais e os laços de solidariedade do grupo se mesclam ou se tornam o do projeto político.

Violência simbólica e a dominação na política

O campo político é *locus* de conflito pela representação política, estabelecendo violentas lutas em seu interior. É nessa delimitação que se forja a legitimidade de certos tipos de capital que propiciam uma posição de poder favorável (ou não) nesse jogo. Nesse espaço, a reputação política muitas vezes cede lugar à personificação, ganhando relevância o peso de certos atributos, tais como o de classe, gênero, raça, idade. Sustentamos, aqui, que o gênero se transfigura em capital ao ser reconhecido na luta política, o que enseja forçosamente uma violência simbólica.

Cristina, como vimos, consolidou uma ampla carreira no legislativo e no executivo, mas isso não a eximiu de enfrentar constrangimentos devido a um sistema classificatório que acorda um menor valor às mulheres e ao exercício de seu poder político. Vários são os exemplos que poderiam demonstrar tal sistema de dominação que recorre geralmente à imagem da mulher e do feminino como atributo deslegitimador, situação vista com regularidade nas trajetórias de outras presidentas recentes da América Latina (como Bachelet e Dilma). Daremos algumas poucas notas dessa perspectiva no caso de Cristina.

Em uma entrevista concedida a Oliver Stone para o documentário *South of the border*, Cristina, ao lado dos demais presidentes de governos de esquerda da América do Sul entrevistados, foi questionada sobre questões políticas, sociais e econômicas pertinentes ao seu país e à região. No entanto, apenas para ela, a única mulher entrevistada, se dirigiram perguntas relativas ao seu modo de vestir e a sua aparência física²².

O tema dos sapatos foi associado à imagem de Cristina ao longo de toda a sua trajetória política. Os veículos da imprensa frequentemente questionam a quantidade, os valores, as marcas e o estilo dos calçados consumidos. E, ainda que ela tenha reagido – como assinala Russo (2011, p. 94), “os saltos utilizados por ela foram gradualmente reduzidos desde o início de sua gestão” –, a sua imagem pública continuou sendo fortemente ligada a atributos de feminilidade, como os sapatos de salto alto (“El lío de los zapatos de Cristina Fernández de Kirchner”, *El País*, 23/09/2011).

A desqualificação da autoridade política por meio de imagens também se dá pela forma sexualizada e objetificada pela qual Cristina é retratada. O modo como ela

22. Logo no início da conversa, Stone quis saber quantos pares de sapato ela possuía, ao que Cristina respondeu: “[...] não sei... Eu nunca os contei, mas não sei. Nunca perguntaram a um homem quantos pares de sapatos ou quantas calças ele tem. Perguntam sempre às mulheres essas coisas”.

utiliza a vivuvez como manutenção do matrimônio que lhe propicia poder político, como já discutido, serve de estratégia, por parte da mídia, de romper seu vínculo com a memória de Néstor e diminuir sua possibilidade de capitalização política. Exemplos disso são as capas da revista argentina *Noticias*²³, de 2012 e 2013, em que Cristina foi destaque.



À direita, a capa de 2012, "El Goce de Cristina". À esquerda, capa de 2013, "La reina está desnuda".

Fonte: *Noticias online*.

De um lado, o gozo; do outro, uma montagem de nudez. Tanto em um quanto em outro, a política é objeto de uma deslegitimação simbólica por meio da sujeição a traços sexualizados como único atributo. Ademais, é como se fosse permitido manipular sua imagem, uma vez que não poderia contar mais com a proteção do marido ou do companheiro de partido. A representação vulgar e sexualizada exprime, ainda, uma ortodoxia corporal (Moreno, 2016), em que Cristina tem o corpo esguio, jovem e em pose típica de revistas de celebridades. Reforçando, assim, a imposição de uma estética arbitrária, mas considerada legítima (tipo físico, trejeitos, maneiras de falar, de olhar)²⁴ às mulheres em posições públicas.

23. A revista *Noticias*, que começou a ser publicada em novembro de 1976: “É uma publicação semanal – [...] embora aborde temas de interesse geral, apresenta uma orientação decidida para o tratamento de conteúdos políticos, que se manifesta na composição das capas” (Aymá, 2022, p. 164).

24. Podemos inferir que a conformação de sua estética a padrões legítimos de beleza contribui para converter seu capital erótico (composto por beleza, atratividade física, formas de se expressar, maneiras, fertilidade, traquejo social etc.) em capital político (Hakim, 2012; Moreno, 2016).

Para os quadros masculinos da elite política, os atributos que remetem a uma sexualização, como a virilidade, o vigor e a masculinidade, são usados como uma espécie de atestado de sua capacidade de liderança e como qualidades a serem ressaltadas. Esse é o caso, na Argentina, de líderes de direita como Mauricio Macri e de esquerda, como Axel Kicillof, retratados por veículos de mídia como “galãs de meia-idade”.

Em análise das capas da revista *Noticias*, Aymá (2022) demonstra que Cristina era sistematicamente representada como alguém que não dialoga com os demais: “[...] sua visão também não estabelece contato direto com quem tem a revista em mãos. Ela não é retratada em posições de olhar frontal. O olhar é evasivo e a figura solitária ou isolada” (*Idem*, p. 173). Independente de como sejam suas condutas na arena política, é como se as políticas sempre fossem inadequadas ao campo político – “como alguém que está fora de seu lugar” (*Ibidem*, tradução livre).

Traços relativos à mobilização de um capital cultural, até mesmo os relativos a títulos de consagração, se tornam objeto de deslegitimação, como visto no questionamento feito pelo jornal *Clarín* (01/10/2007) – declaradamente de oposição aos governos Kirchner –, sobre a validade do diploma de graduação de Cristina. Foi necessário que o decano da Faculdade de Direito da Universidade de La Plata emitisse um comunicado oficial em nome da universidade certificando que ela se graduou em outubro de 1979. Ou, ainda, a oratória assertiva de Cristina²⁵, ferramenta primordial no campo político, alimentou leituras como a de Piscopo (2014), que nela identifica um “comportamento masculino”, de alguém que exerce uma liderança excludente, hierárquica, de confrontação, preocupada em se apresentar como uma pessoa forte – em uma reiteração, ainda que inadvertida, de papéis tradicionais de gênero (Avelar e Rangel, 2019; Cavallero e Gago, 2022).

Tomamos esses episódios como evidências empíricas de violências simbólicas que integram a gama maior da dominação de gênero enfrentada por mulheres que ascendem a posições prestigiosas no campo político (Santos e Jalalzai, 2021; Matos, 2021). Desse modo, vale lembrar que o campo está sujeito a batalhas simbólicas direcionadas a uma forma de dominação, em que o reforço do masculino tem papel relevante. Como afirma Bourdieu, “[...] ao submeter o conceito de dominação às

25. Outro episódio de violência simbólica que merece ser mencionado se deu em dezembro de 2019, quando Cristina protagonizou uma discussão com o senador José Mayans, de sua coligação partidária, durante uma sessão da Câmara Alta do Senado, por ela presidida. Ao pedir a palavra, Mayans se valeu do termo “*presidente*” para se referir a Cristina, que respondeu: “é o que dizem os machistas”. Após ser corrigido repetidas vezes, o senador afirmou, em sua defesa, que a palavra “*não tem sexo*”, ao que foi interrompido uma última vez com a seguinte afirmação: “*presidenta, Mayans, presidenta... ta... tá*”. Ver: https://www.youtube.com/watch?v=funWDID_fPI, consultado em 05/02/2022.

condições históricas das estruturas sociais, destaca-se a função ideológica e política do simbólico na produção de legitimidade por meio dos diversos dispositivos de produção simbólica” (Hey, 2017, p. 154). Embora tal forma de dominação se diferencie do uso direto de violência física, ela impõe um tipo de violência feroz, vista como branda, expressa no consentimento ou aceitação de certos constrangimentos, depreciações e exclusões.

O aspecto simbólico dessas formas de dominação está relacionado com a sua atuação no âmbito das significações, ou seja, dos sentidos que o próprio campo político atribui à prática política e à legitimidade de quem a exerce. Como as instituições políticas foram dominadas historicamente por repertórios e modos de agir masculinos, superar essa prática (ainda que frequentemente associada a ela) demanda repensar a ordem da dominação simbólica, uma vez que ela favorece interesses dominantes que colocam as mulheres e outros grupos sociais às margens da participação política real.

Cristina: uso do gênero como recurso?

*Até caminhando e cantando a canção
você dá passos políticos
sobre um solo político.
Versos apolíticos também são políticos,
e no alto a lua ilumina
com um brilho já pouco lunar.
Ser ou não ser, eis a questão.
Qual questão, me dirão.
Uma questão política.
“Filhos da época”, Wislawa Szymborska, 1987)*

Esboçamos alguns dos mecanismos simbólicos envolvidos no escrutínio da inserção de Cristina Fernández de Kirchner no campo político argentino, uma vez que sua amplitude exigiria ultrapassar os limites deste artigo. A intenção de mobilizar sua trajetória política era atender a dois aspectos principais: (1) a atuação da política em um campo específico; e (2) o engendramento de estratégias, a mobilização de recursos e o acúmulo de capital político que garantem sua carreira política exitosa.

Elementos que nos remetem à ideia de um campo de relações que permeia uma prática política, aparecem no casamento “bem-sucedido” entre Néstor e Cristina – advogados, filhos de trabalhadores e com histórico familiar de militância política –, representando o compartilhamento de disposições sociais, que tiveram alto valor quando mobilizadas na política.

A atuação na província de Santa Cruz, local até então marginalizado no repertório político nacional, possibilitou a construção da base eleitoral familiar e cujo patrimônio político foi reiterado, posteriormente, com as sucessivas vitórias eleitorais de Cristina, Alicia e Máximo. Ali também se constituem em lideranças políticas após a redemocratização do país e com a construção da Frente para la Victoria (FPV).

Nesta delimitação, o caminho à política nacional representa a estratégia do casal em se afirmar como representante de um movimento (o kirchnerismo) pela reivindicação das bases do peronismo clássico. Tal astúcia somente é possível pois, na história política argentina, o carisma do casal político Eva e Péron potencializa ao mesmo tempo o capital reputacional (da posição do partido no corpo político e social) e o de notoriedade (ligada ao prestígio individual). Particularmente para Cristina, recuperar certa memória de Eva Perón (de mulher elegante e influente, mas também de aliada na política e na arena social) lhe rendeu o afastamento do primeiro-damismo estigmatizante e seu uso como capital político.

A ascensão à presidência não a eximiu dos estereótipos de gênero que circundam o campo político, sobretudo os relativos à sua imagem estética e à sua vida privada (envolvendo sua sexualidade, seu casamento e sua viuvez). Todavia, sua trajetória estabelecida nas lidas da política garantiu sua atuação como “igual”, entre seus pares, nas batalhas políticas. Constatações propiciam afirmar que a atuação de uma política pode desestabilizar a dinâmica tradicional da dominância masculina.

O uso de estratégias como o primeiro-damismo e o matrimônio político pode ser colocado ao lado do cultivo da memória do marido-presidente em busca de acumular poderes que favorecem a posição dominante no campo político, bem como o veredicto positivo das urnas. O viver para a política, preservando a memória de casal, permite a Cristina garantir o capital político familiar (kirchnerista) e salvaguardar eventuais questionamentos sobre sua vida afetiva e sexual. Ao mesmo tempo, reforça o imbricamento entre a vida íntima, privada e a pública, pois, ao não se casar novamente e não ter qualquer tipo de relacionamento que viesse a público, mantém a representação da “castidade” política ao kirchnerismo.

Constituída por relações em uma arena bastante complexa, a trajetória política de Cristina revela o acúmulo e o uso de recursos que lhe permitiram atuar de modo intenso e construir seu protagonismo na história recente do campo político da Argentina. Acreditamos que desvendar estratégias e tipos de capital mobilizados por mulheres em diferentes campos políticos abre perspectivas fundamentais a serem exploradas em pesquisas, sobretudo aquelas nas quais o foco seja a reconversão do gênero em recurso legítimo. Pois, como arena de disputas, o campo político precisa comportar diferentes tipos de políticas, cujas artimanhas para manutenção de suas

posições no campo sejam as mais variadas e complexas, visando a equilibrar a luta de força favorável ao masculino que temos historicamente como dominante.

Referências bibliográficas

- ARNOUX, Elvira & ZACCARI, Verónica (orgs.). (2015), *Discurso y política en Sudamérica*. Buenos Aires, Editorial Biblos.
- AVELAR, Lucia & RANGEL, Patrícia D. (2019), “Poder e política – As presidentas de Argentina, Brasil e Chile”. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia & RANGEL, Patrícia (coords.). (2019), *Gênero e feminismos: Argentina, Brasil e Chile em transformação*. São Paulo, Edusp, Fapesp, pp. 429-482.
- AYMÁ, Ana. (julio 2022), “Imagen, política y género. Los retratos de Cristina Fernández y Mauricio Macri en las tapas de Noticias”. *Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación*, 1 (112): 187-208.
- BARRANCOS, Dora. (marzo 2013), “Participación política y luchas por el sufragio femenino en Argentina (1900-1947)”. *Cuadernos de Intercambio sobre Centroamérica y El Caribe*, 1 (11): 15-27.
- BARRY, Carolina. (julio 2016), “Las otras primeras damas en la Argentina peronista: Elena Caporale de Mercante”. *Confluente. Revista Di Studi Iberoamericani*, 8 (1): 198-214. <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/6271>.
- BELLOTA, Araceli. (2012), *Eva y Cristina. La razón de sus vidas*. Buenos Aires, Grupo Zeta.
- BONASSO, Miguel. (2012), *Cámpora: el presidente que no fue: los archivos ocultos del peronismo*. Buenos Aires, Ed. Planeta.
- BOURDIEU, Pierre. (avril-septembre 1962), “Célibat et condition paysanne”. *Études Rurales*, 5/6: 32-135. Disponível em https://www.persee.fr/doc/rural_0014-2182_1962_num_5_1_1011.
- BOURDIEU, Pierre. (2011a), *Las estrategias de la reproducción social*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, pp. 31-50.
- BOURDIEU, Pierre. (jul. 2011b), “O campo político”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 1 (5): 193-216. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>.
- CANÊDO, Letícia Bicalho. (ago. 1997), “As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método”. *Cadernos Cedex*, 18 (42): 29-52. <https://doi.org/10.1590/S0101-32621997000100004>.
- CAVALLERO, Luci & GAGO, Verónica. (2022), *La casa como laboratorio: Finanzas, vivienda y trabajo esencial*. Buenos Aires, Tinta Limón.
- CLARÍN. (01/10/2007), Clarín.com. Disponível em https://www.clarin.com/ediciones-antiores/clarincom_0_rk3b3D1k0Fx.html, consultado em 13/01/2023.

- CONTRERAS, Gustavo. (2010), “La organización sindical del personal de la administración pública nacional durante el primer gobierno peronista (1946-1955)”. *Segundo Congreso de Estudios sobre el Peronismo (1943-1976)*, Red de Estudios sobre el Peronismo, 4: 31. Disponível em <http://redesperonismo.org/archivos/CD2/Contreras.pdf>, consultado em 21/02/2023.
- DI MARCO, Laura. (2012), *La Cámpora: Historia secreta de los herederos de Néstor y Cristina Kirchner*. Buenos Aires, Sudamericana.
- DONOT, Morgan. (julio 2011), “Cristina Fernández de Kirchner, de ‘una reina’ a la encarnación del pueblo de la Argentina”. *Revue Ensemble*, 3 (6): 95-112.
- DULONG, Delphine. (jul./dez. 2020), “Por dentro e por fora: a subversão na prática”. *Repocs*, 17 (34): 53-72. <https://doi.org/10.18764/2236-9473.v17n34p53-72>.
- DULONG, Delphine & LÉVÊQUE, Sandrine. (2002), “Une ressource contingente. Les conditions de reconversion du genre en ressource politique”. *Politix. Revue des Sciences Sociales du Politique*, 15 (60): 81-111.
- “EL LÍO DE LOS ZAPATOS de Cristina Fernández de Kirchner”. (23/09/2011), *El País*. Disponível em https://elpais.com/elpais/2011/09/23/actualidad/1316760532_850215.html, consultado em 27/04/2023.
- ELA, EQUIPO LATINOAMERICANO DE JUSTICIA Y GÉNERO. (2020), “Mujeres en la política: 2020” (2020), *União Interparlamentar e ONU Mulheres*. <https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2020/women-in-politics-map-2020-es.pdf?la=en&vs=828>, consultado em 08/03/2023.
- ELA, EQUIPO LATINOAMERICANO DE JUSTICIA Y GÉNERO. (2021), “Mujeres en el poder”. <http://www.mujeresenelpoder.org.ar>, consultado em 02/03/2023.
- FARIA, Alessandra M. T.; RIVETTI, Jéssica M. & BUTTERBY, Carolina de C. (2023), “Mulheres como o outro na política brasileira: um balanço das candidatas vice-presidentas, vice-governadoras e vice-prefeitas (2014-2020)”. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, 10 (2): 294-321. <https://doi.org/10.47456/simbitica.v10i2.38493>.
- FLAX, Rocío. (mayo 2018), “Kirchnerismo y discurso fundacional: las editoriales de la agrupación juvenil La Cámpora”. *Lexis*, 1 (42): 123-152.
- GALLO, Adriana. (diciembre 2008), “Reelección inmediata y sucesión en clave matrimonial. Análisis del recambio presidencial argentino de 2007”. *Espacios públicos*, 23 (11): 168-199.
- GIORDANO, Verónica. (julio 2023), “Las mujeres de las derechas en la política: presidentas, vicepresidentas, primeras damas y candidatas”. *Revista Electrónica de Estudios Latinoamericanos*, 82 (21): 16-22.
- GRANDIS, Rita & PATROUILLEAU, María M. (agosto 2010), “Matrimonio político y crítica antagonista en Argentina. Análisis de discursos en clave de género y teoría política”. *Revista Temas y Debates*, 1 (19): 25-46.
- GUERRERO, Carolina V. & ARANA, Ignacio A. (agosto 2021), “As primeiras-damas como

- membros da elite política”. Tradução de Jéssica Melo. *Revista Pensata*, 1 (10): 243-265. <https://doi.org/10.34024/pensata.2021.v10.12001>.
- HAKIM, Catherine (2012). *Capital erótico*. Rio de Janeiro, Best Business.
- HEY, Ana Paula (2017), “Dominação”. In: CATANI, Afrânio Mendes *et al.* *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte, Autêntica, pp. 151-155.
- HEY, Ana Paula. (6 jul. 2021), “Elites políticas latino-americanas”. *Laboratório de pesquisa e política comparada (Lappcom) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)*. 127 min. https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=3090342971194038, consultado em 28/09/2020.
- HOROWICZ, Alejandro. (2015), *Los cuatro peronismos*. Buenos Aires, Edhasa.
- IBARA, Vilma. (2015), *Cristina versus Cristina*. Buenos Aires, Editora Planeta.
- IVANCICH, Norberto *et al.* (junio 1983). “El gobierno peronista 1973-1976: los Montoneros”. *Revista Unidos*, 1 (2): 74-89.
- LEIS, Héctor R. (2006), “A odisseia argentina”. *Política & Sociedade*, 9 (5): 39-70, agosto. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1834/1596>.
- LYNESS, Karen & THOMPSON, Donna (May 1997), “Above the glass ceiling? A comparison of matched samples of female and male executives”. *Journal of Applied Psychology*, 3 (82): 359-374.
- MAIZELS, Ana Laura. (2015), “La representación del tiempo en los discursos de Cristina Fernández (2007-2009)”. In: ARNOUX, Elvira & ZACCARI, Verónica (orgs.). *Discurso y política en Sudamérica*. Buenos Aires, Editorial Biblos, pp. 201-242.
- MATOS, Marlise. (2021). “A violência política sexista, racista e interseccional: mapeando conceitos da violência política contra as mulheres”. In: D’ÁVILA, Manuela (org.). *Sempre foi sobre nós: Relatos da violência política de gênero no Brasil*. Porto Alegre, Instituto E Se Fosse Você?, pp. 210-225.
- MONTERO, Ana Soledad & VINCENT, Lucía. (abril 2013), “Del “peronismo impuro” al “kirchnerismo puro”: la construcción de una nueva identidad política durante la presidencia de Néstor Kirchner en Argentina (2003-2007)”. *Postdata*, 1 (18): 123-157.
- MORENO, José L. P. (2016), *La cara oscura del capital erótico: Capitalización del cuerpo y trastornos alimentarios*. Madri, Editorial Akal.
- NORA, Pierre. (dez. 1993), “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 10: 7-28.
- PANKE, Luciana & IASULAITIS, Sylvia. (maio 2016), “Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais”. *Opinião Pública*, 2 (22): 385-417.
- PISCOPO, Jennifer. (2014), “Female leadership and sexual health policy in Argentina”. *Latin American Research Review*, 1 (49): 104-127.
- PIVA, Adrián. (agosto 2013), “¿Cuánto hay de nuevo y cuánto de populismo en el neopopulismo? Kirchnerismo y peronismo en la Argentina post 2001”. *Trabajo y Sociedad*, 1 (21): 135-157.
- RAMOS, Hugo. (2016), “Preferencias políticas en el campo de la integración regional (Merco-

- sur) y políticas económicas. El caso del Frente Para la Victoria en Argentina (2003-2007)". *Revista de la Red Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea: Segunda Época* (5): 40-55.
- RINESI, Eduardo. (2011), "¿Qué es el kirchnerismo?". In: HAMAWI, Rodolfo *et al.* (orgs.). *Qué es el kirchnerismo: Escritos desde una época de cambio*. Buenos Aires, Continente, pp. 27-40.
- RIVETTI, Jéssica M. de Melo. (2016), *Com a palavra, Cristina Kirchner: Os usos da memória de Eva Perón no bicentenário argentino*. Guarulhos, dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo. 201 p.
- RIVETTI, Jéssica M. de Melo. (2023), "Las Evas de Cristina. Los usos de la memoria en el Bicentenario Revolución de Mayo". Buenos Aires, Grupo Editor Universitario.
- RUDDLING, Adriana. (2009), "La Señora Presidenta. Feminist policy-making by female Latin-American presidents?". 44 p. Halmstad, dissertation, Sweden School of Social and Health Sciences, Halmstad University.
- RUSSO, Sandra. (2011), *La Presidenta. Historia de una vida*. Buenos Aires, Sudamericana.
- SANTOS, Pedro dos & JALALZAI, Farida. (2021), *Women's empowerment and disempowerment in Brazil: The rise and fall of president Dilma Rousseff*. Pensilvânia, Temple University Press.
- SCHULTHEIS, Franz. (1995), "L'opposition privé/public comme principe-clé d'une vision et d'une division sexuée du monde social". In: EPHESIA (ed.). *La place des femmes. Les enjeux de l'identité et de l'égalité au regard des sciences sociales*. Paris, La Découverte, pp. 190-193.
- SILVA, Paulo Renato. (jan. 2014), "Memória e História de Eva Perón". *Revista História*, São Paulo, 1 (170): 143-173.
- SOSA, Pamela. (julio-diciembre 2016), "Los orígenes de las concepciones políticas del kirchnerismo. La experiencia política del Ateneo Juan Domingo Perón en la provincia de Santa Cruz (1981-1987)". *Revista Temas y Debates*, 20 (32): 77-96.
- SOSA, Pamela. (2017), "Los orígenes del frente para la victoria en Argentina (1988-2003)". *América Latina Hoy*, 76: 115-137. <https://doi.org/10.14201/alh20176115137>.
- VALOBRA, Adriana. (2010), *Del hogar a las urnas: Recorridos de la ciudadanía política femenina. Argentina, 1946-1955*. Rosario, Prehistoria.
- VÁZQUEZ, Melina & VOMMARO, Pablo. (2012), "La fuerza de los jóvenes: aproximaciones a la militancia kirchnerista desde La Cámpora". In: PÉREZ, Germán & NATALUCCI, Ana. (orgs.). *Vamos las bandas. Organizaciones y militancia kirchnerista*. Buenos Aires, Trilce, pp. 149-174.
- WINFIELD, Betty. (1997), "The first lady, political power, and the media: Who elected her anyway?". In: NORRIS, Pippa (ed.). *Women, media, and politics*. New York, Oxford University Press, pp. 166-179.
- WORNAT, Olga. (2005), *Reina Cristina: vida pública y privada de la mujer más poderosa de la Argentina*. Barcelona, Editorial Planeta.

Resumo

Mulheres políticas: estratégias de legitimidade e recursos mobilizados por Cristina Kirchner

O campo político latino-americano é historicamente permeado por repertórios e práticas masculinas e notabilizado pela baixa representação feminina. Justamente por isso, parte-se do pressuposto de que há múltiplas estratégias engendradas por mulheres visando a sua entrada e a seu reconhecimento nas disputas de poder político. Aqui se toma o caso da ex-presidenta argentina Cristina Kirchner para evocar formas de legitimação de práticas destacadas como femininas, buscando enunciar prováveis processos de reconversão do gênero em recurso político. Do mesmo modo, sua trajetória permite entender as dinâmicas específicas do primeiro-damismo e do matrimônio político como estratégias para angariar e assegurar a legitimidade do voto. Intenciona-se gerar estudos acerca de uma tipologia de políticas (mulheres) tendo como foco suas práticas no e para o campo político.

Palavras-chave: Mulheres políticas; Cristina Kirchner; Estratégias e recursos de políticas; Violência simbólica; Elites políticas.

Abstract

Female Politicians: Legitimacy strategies and resources mobilized by Cristina Kirchner

The Latin American political field has historically been permeated by male repertoires and practices, and is notable for its low female representation. Precisely for this reason, it is assumed that there are multiple strategies devised by females to enter and be recognised in political power struggles. Here the case of former president Cristina Kirchner is used to evoke ways of legitimizing practices perceived as feminine, in an attempt to enunciate probable processes of reconverting gender into a political resource. Similarly, her trajectory allows us to understand the specific dynamics of first ladyism and political matrimony as strategies for gaining and securing the legitimacy of the vote. The intention is to generate studies on a typology of female politicians, focusing on their practices in and for the political field.

Keywords: Female politicians; Cristina Kirchner; Strategies and resources of women politicians; Symbolic violence; Political elites.

Texto recebido em 29/09/2023 e aprovado em 18/10/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.216541

JÉSSICA MAYARA DE MELO RIVETTI é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (Bolsista CNPq), com cotutela e período sanduíche Capes-Print no Departamento de Filosofia Social da Universidad de Granada (Espanha). Pesquisadora vinculada ao FiloLab – Philosophy Public Controversies, ao Grupo de Pesquisa em Sociologia da Educação, Cultura e Conhecimento (GPSECC) e à Cátedra de Filosofía Moral de la Discrí-

minación Corporal da Universidad de Granada. Possui experiência nas áreas de representação política, violência política de gênero, elites políticas latino-americanas, discriminação corporal, primeiro-damismo e capital erótico. E-mail: jessica.melo@unifesp.br.

ANA PAULA HEY é professora e pesquisadora no Departamento de Sociologia e no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Orienta nas linhas de pesquisa Cultura e poder simbólico e Estado, política e ações coletivas. Coordenou o Programa de Pós-graduação em Sociologia/USP, no período de 2019 a 2022. Tem pós-doutorado em Sociologia pelo King's College London (2015-16). Foi pesquisadora visitante no Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain (2001-2004) e no Centre Européen de Sociologie et de Science Politique (2023) ambos da EHESS. Foi professora visitante na EHESS, Paris, e na Middlesex University, Londres. É uma das coordenadoras do Grupo de Pesquisa em Sociologia da Educação, Cultura e Conhecimento (GPSECC) e do Núcleo de Sociologia da Cultura (USP). Atua na interface entre sociologia das elites, dos intelectuais e da educação, desenvolvendo pesquisas sobre elites, elites e Estado, campo do poder brasileiro e novos mercados simbólicos (educação superior, produção de conhecimento, institutos Think Tanks, fundações privadas, nova filantropia). Publicou, entre outros, *Esboço de uma sociologia do campo acadêmico* (2008), e co-organizou *Vocabulário Bourdieu* (2017). Pertence à Sociedade Brasileira de Sociologia e à Association Française de Sociologie. E-mail: anaphey@uol.com.br.

